

COMPORTAMENTOS DESVIANTES: Abordagem da realidade açoriana*

Gilberta Pavão Nunes Rocha**
Octávio H. Ribeiro de Medeiros***

INTRODUÇÃO

A caracterização de uma sociedade num determinado momento, sobretudo no que se refere a problemas de comportamento desviante, não permite um cabal entendimento da mesma. Tal só acontece quando se estabelecem padrões de referência, comparando-a com outras sociedades e acompanhando a sua evolução ao longo de um período de tempo.

Uma abordagem da realidade do arquipélago deveria contemplar os dois níveis acima considerados. Em primeiro lugar, situando-o no contexto nacional e internacional. Em segundo lugar, numa óptica temporal relativamente alargada, observando os diversos fenómenos ao longo de um período suficientemente alargado (15 ou 20 anos).

Em ambos os casos, teríamos de atender a um conjunto significativo de informação estatística e de trabalhos publicados abrangendo os diversos temas em análise. No entanto, quer pela inexistência de informação relativa a períodos anteriores, quer pela dificuldade na sua obtenção, dado o

* O presente artigo foi extraído e adaptado de um Relatório preparado pelos autores em 1994 — “*Diagnóstico Socio-Económico da Região Autónoma dos Açores*”, — solicitado pelo Instituto de Acção Social e até agora inédito.

** Professora Associada da Universidade dos Açores

*** Assistente da Universidade dos Açores

carácter moroso da sua recolha, quase sempre inglória, a nossa abordagem apenas contemplará a situação em anos recentes.

Trataremos principalmente do arquipélago dos Açores, prescindindo na maioria dos casos de análises comparativas com o país na sua globalidade ou com algumas das suas regiões.

Os pressupostos acima mencionados — análise do arquipélago e limitação a um período recente — não impedem, contudo, que os diversos temas sejam analisados com o enquadramento e referências próprias e indispensáveis para a sua inserção no mundo actual, bem como a consideração de alguns aspectos já estudados da situação económica, social e cultural da Região.

Assim, iremos abordar neste trabalho alguns casos de comportamentos desviantes, como o alcoolismo, a toxicodependência e a delinquência. É uma caracterização que respeita a grupos populacionais de características particulares, que entendemos ser correcto distinguir da globalidade da população.

Qualquer uma das situações requeria um estudo individualizado e aprofundado que não cabe, no entanto, nos objectivos deste trabalho, onde pretendemos tão somente compilar alguma informação dispersa, que nos permita traçar um panorama genérico acerca da situação actual, da evolução recente e, porventura, delinear algumas perspectivas futuras, tendo como enquadramento a realidade nacional e internacional.

ALGUNS CASOS DE DESVIO SOCIAL

Nenhuma sociedade consegue fazer com que toda a sua população se comporte de uma determinada forma durante todo o tempo. Assim, podemos definir o desvio social como — “um comportamento qualquer que deixa de corresponder às expectativas da sociedade ou de um grupo determinado dentro da sociedade”¹.

O desvio social é normalmente pensado em termos de comportamento negativo, (e como tal punido), como no presente caso. Isto não obsta, no entanto, a que possam ser considerados outros tipos positivos, pois qualquer indivíduo que se afaste dos padrões previamente definidos e aceites pela sociedade pode estar incluído no conjunto dos diferentes desvios.

Para a presente caracterização é importante aduzir algumas distinções. Uma delas é a que se refere à diferença entre desvio primário e secundário.

No primeiro caso, o indivíduo pode cometer actos não conformes às normas, mas de forma esporádica, permanecendo uma pessoa socialmente aceite. O mesmo já não se pode aplicar relativamente à segunda situação, pois nesta o indivíduo é identificado publicamente como tendo um comportamento desviante. Pelo que acabamos de dizer, o desvio secundário é o que se segue à identificação pública de uma pessoa como desviante².

É útil ainda distinguir entre desvio individual e grupal, ambos objecto de estudo nos comportamentos desviantes, que podem acarretar um tratamento diferenciado.

No contexto do presente trabalho, a referência incide principalmente sobre o desviado cultural, aquele que no seu comportamento se diferencia das normas da cultura, dado que são os valores desta que determinam se ele deve ser elogiado ou criticado, ou seja, incidir no desvio secundário, quer individual quer grupal.

Embora o nosso enfoque vise o desvio cultural, não se deve excluir a possibilidade de convergência entre este e os casos de âmbito psicológico, isto porque as várias situações podem ser reportadas também a problemas de personalidade e não apenas ao comportamento social.

¹ Bruce Cohen, *Sociologia Geral*, Mc-Graw do Brasil, 1980, p. 85. Aconselha-se a leitura de todo o capítulo, pp. 85-93.

² Cf. Paul B. Horton & Chester L. Hunt, *Sociologia*, Mc-Graw do Brasil, 1980, p. 113. Será também útil a leitura do capítulo, pp. 103-124.

Consideraremos apenas os casos mais típicos de desvio, como o alcoolismo, a toxicod dependência e a delinquência, sabendo, no entanto, que outras situações podiam ser igualmente integradas nesta abordagem, já que também requerem um tratamento particular.

Não incluímos a deficiência, qualquer que seja o seu tipo ou grau, pois embora necessite de atenção e tratamento especial, não entra na categoria de desvio social.

Para as situações abordadas neste trabalho, não só não existem dados publicados, como também não há estudos, relativamente aos Açores, que aprofundem as várias problemáticas em questão.

Com a informação que compilamos, e que não pretende cobrir todas as situações, as quais necessitam de estudos individualizados, teremos pontos heterogêneos, onde se particularizam alguns casos a cujos dados houve maior acessibilidade.

De qualquer modo, a própria natureza das problemáticas em análise dificulta um conhecimento aprofundado, pois muitos dos desvios, até pela sua menor gravidade, não se encontram registados.

Para colmatar as deficiências apontadas, e com vista a sintetizar as conclusões, procuraremos pontuar indicações genéricas, consequência de trabalhos realizados noutros contextos, nomeadamente a nível do continente português. Longe de constituírem referências absolutas, elas dizem respeito apenas a informações que consideramos indispensáveis à nossa análise e que surgirão como forma de enquadramento, podendo servir de algum modo como ponto de partida para trabalhos mais amplos e mais aprofundados que urge efectuar.

ALCOOLISMO

Embora não haja conhecimentos absolutos sobre a origem do alcoolismo, sabemos que ele pode ser de dois tipos: o de base genética-biológica e o de base cultural ou ambiental.

Quando há cerca de 50 anos se descreveu a síndrome do alcoolismo, dois tipos de explicações se impuseram. Por um lado, as dos especialistas das Ciências Sociais que negavam a existência de factores biológicos, por outro, as ligadas à Medicina, que afirmavam a sua presença.

Nos últimos anos, porém, avanços significativos no campo da neurofisiologia e da genética vieram esclarecer alguns dos mecanismos das dependências, permitindo acumular dados que confirmam a importância dos factores biológicos. Tais avanços não invalidam, no entanto, a existência de maiores percentagens de alcoolependentes e doentes onde os costumes e a tradição favorecem, e até encorajam, o uso sistemático do álcool.

Independentemente das considerações acerca das origens para aprofundar o conhecimento desta realidade social, nomeadamente no arquipélago dos Açores, iremos apresentar, de um modo muito sucinto, e como forma de enquadramento, alguns dados respeitantes a um estudo realizado em 1991 no continente, com base numa amostra de 1980 indivíduos com mais de 15 anos³.

Em primeiro lugar, verificamos que 16,2% dos inquiridos afirmam nunca terem bebido, 14,5% fazem-no a todas as refeições; e 9%, não só às refeições mas inclusivé entre elas.

Da comparação deste trabalho com um outro efectuado em 1985, podemos ter uma ideia um pouco mais precisa da situação e da evolução neste período de tempo⁴.

Relativamente ao item — “bebem ritualmente” (5 a 10 vezes por ano), as mulheres apresentam quantitativos de 19,6% e 31,9%, respectivamente, para 1985 e 1991, com um acréscimo superior ao verificado nos homens, cujos valores passam de 8,6% para 10,1% nas mesmas datas.

³ Cf. Aires Gameiro, “Hábitos de beber em Portugal e etologia da alcoolependência à base dos resultados de amostra representativa nacional”, in *Hospitalidade*, n.º 220, Julho-Setembro 1992, p.20. Cf. do mesmo autor, “Droga e alcoolependência. Algo de novo numa grande Conferência Internacional no Vaticano?”, in *ob. cit.*, p. 6-14.

⁴ Cf. Aires Gameiro, “Hábitos de beber...”,

Com efeito, a variação percentual no primeiro caso é de 62,8% e no segundo de 17,4%.

Um outro aumento significativo refere-se aos que “bebem a todas as refeições”, onde as percentagens no sexo masculino são de 14% em 1985 e 20,6% em 1991.

Na conclusão deste estudo lê-se: “Os que bebem mais que a todas as refeições e ainda mais que nos intervalos das refeições somam 10,1% e são certamente alcooldependentes. Esta percentagem equivale a 700 000 maiores de 15 anos, número mais perto da realidade do que os 500 mil ‘alcoólicos’ que se costumam calcular”⁵.

Assim, no número de alcooldependentes devemos incluir não só os que têm doenças provenientes do álcool, mas também os que não controlam quanto e quando bebem, advindo dessa situação problemas de natureza económica e de relacionamento nas famílias, nos empregos e no meio social onde vivem⁶.

No que respeita ao entendimento de certos hábitos, por níveis etários, e relativamente àqueles que bebem mais do que às refeições, verifica-se que são os jovens (15 a 24 anos) os que mais discordam da ideia das bebidas alcoólicas darem força — uma percentagem de 68,9%. Nos mais velhos (mais de 54 anos), o valor da discordância é de 34,3%.

Por estratos sociais, os que mais concordam com a afirmação acima referida são os que se inserem nas classificações de médio e baixo, com 53,6% e 79,8%, respectivamente.

O nosso país pode, pois, caracterizar-se, e de um modo muito genérico, por um elevado nível de alcoolismo, que atinge fundamentalmente os elementos do sexo masculino, não obstante o acréscimo significativo de consumo de álcool por parte das mulheres. É uma realidade mais vincada nos grupos sociais com mais fraco poder de compra. Estas considerações, respeitantes ao continente, devem poder aplicar-se aos Açores, pelo menos em termos de grandes tendências, sem atender, portanto, à relatividade dos valores.

Tal como acontece com outros tipos de desvios, não é fácil quantificar todos quantos consomem abusivamente o álcool. A própria consideração de abusivo não estabelece demarcações, quer no que respeita ao volu-

⁵ Cf. *Idem*, p. 25.

⁶ Cf. *Ibidem*.

me das ocorrências, quer à quantidade ingerida de cada vez. Mais, pode existir uma grande variabilidade entre as pessoas, não só devido às características do produto consumido, como também às diferenças individuais, nomeadamente no que respeita à idade, condições de saúde e sexo.

Não obstante as considerações explícitas na introdução a este ponto, onde citamos um trabalho realizado para o continente, cremos que muito dificilmente se pode ter um diagnóstico de toda a situação, quer a nível nacional, quer regional.

Sem fazer uma recolha exaustiva, que não se enquadra nos objectivos deste artigo, não quisemos deixar de atender, por um lado, a alguns trabalhos já realizados para a Região e, por outro, a informações estatísticas já publicadas e a dados por nós recolhidos junto de alguns estabelecimentos de saúde. Neste último caso referimo-nos a informações existentes nas Casas de Saúde de S. Miguel e da Terceira.

Piedade Lalanda Mano, num estudo respeitante ao alcoolismo em crianças dos 9 aos 14 anos, refere que apenas 20,4% (32 crianças inquiridas) afirmaram nunca terem consumido bebidas alcoólicas, enquanto que 79,6% já o haviam feito pelo menos uma vez⁷.

Nestas percentagens, é superior o número de raparigas: 83,5% para 75,6% dos rapazes. A bebida mais consumida foi o espumante: 64,4% e 72,7% para rapazes e raparigas, respectivamente. Seguem-se-lhe a cerveja para eles, com 55,9% e o vinho com água para elas, com 48,5%.

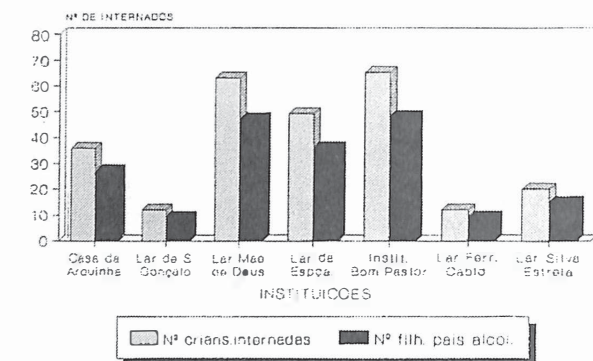
Salientamos o facto de estas últimas bebidas não serem ingeridas apenas em ocasiões especiais, mas em qualquer dia da semana. É o caso do vinho, 30%: do vinho com água, 49%; e da cerveja, 43%, o que pode reflectir os hábitos alimentares das famílias das crianças em questão.

Quanto aos motivos de consumo, sublinhamos em primeiro lugar os valores mais elevados, que respeitam à curiosidade, seguido-se os referentes ao beber por prazer.

Não deixa de ser significativo o facto de, em 7 Instituições Particulares de Solidariedade Social da ilha de S. Miguel que acolhem crianças e/ou jovens privadas do meio familiar normal, 74% (191 efectivos) serem filhas de pais alcoólicos.

⁷ Cf. Piedade Lalanda Mano, “Crianças e cultura do álcool”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 6, 1989, pp. 33-50.

GRÁFICO 1
 RELAÇÃO ENTRE O TOTAL DE CRIANÇAS INTERNADAS EM
 IPSS E O Nº DE CRIANÇAS FILHAS DE PAIS ALCOOLICOS⁸



FONTE: BASE DE DADOS DA DELGADA

Um outro aspecto para o qual possuímos alguma informação é o das doenças associadas ao consumo de álcool, tanto no que se refere às pessoas que necessitaram de apoio médico como à mortalidade por causas específicas, que estão intimamente ligadas ao alcoolismo.

Neste sentido, e independentemente da sua especificação, o Plano de Saúde para a Região pontifícia o alcoolismo como um dos principais problemas deste sector⁹.

Nos Açores, são as Casas de Saúde que têm tido a seu cuidado o tratamento dos doentes alcoólicos. Segundo um estudo efectuado por Nélito Lourenço, as percentagens de alcooldependentes relativamente ao total de doentes admitidos na Casa de Saúde de S. Rafael (Terceira) é, de 1980 a 1989, sempre superior a 35%, como se pode constatar no Gráfico que a seguir apresentamos¹⁰.

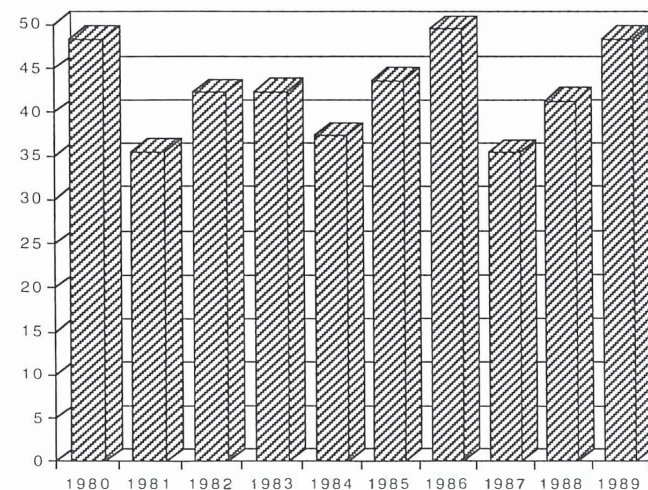
⁸ Por falta de obtenção de dados absolutos, reproduz-se este Gráfico directamente de *Alcoolismo nos Açores*, Publ. da SRSSS/DRSS, 1991, p. 53.

⁹ Cf. SRSSS/DRSS, *Plano de Saúde*, 1989.

¹⁰ Cf. SRSSS/DRSS, *Alcoolismo nos Açores*, 1991. Os Gráficos que apresentamos foram realizados a partir desta publicação.

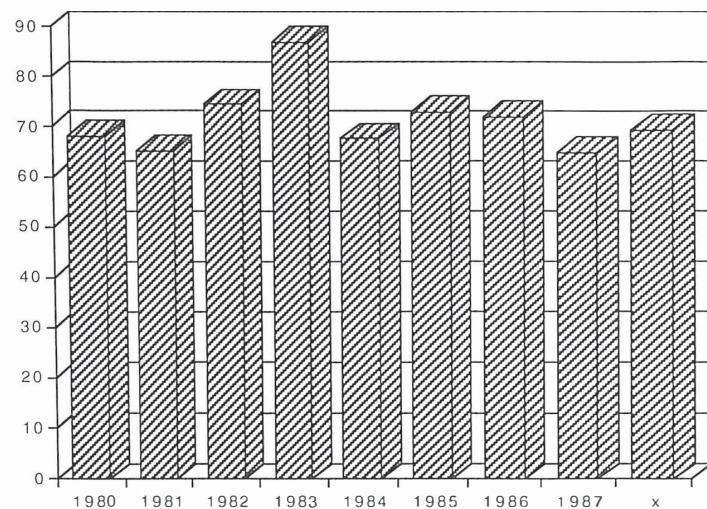
Como o próprio autor refere, "o índice médio de ocupação por alcooldependentes foi de 42,4%, registando-se o valor mais elevado em 1986, com cerca de 50%"¹¹.

GRÁFICO 2
 PERCENTAGEM DE ALCOOLDEPENDENTES EM RELAÇÃO AO
 TOTAL DE DOENTES ADMITIDOS (S. RAFAEL - TERCEIRA)



¹¹ Cf. *Idem*, p. 49.

GRÁFICO 3
 PERCENTAGEM DE ALCOLDEPENDENTES EM RELAÇÃO
 AO TOTAL DE DOENTES ADMITIDOS
 (CASA DE SAÚDE DE S. MIGUEL)



No que respeita à Casa de Saúde de S. Miguel, existente na ilha com o mesmo nome, os valores estão representados no Gráfico 3. Para o mesmo período, é no ano de 1983 que se observa o maior quantitativo — 86,9%. Note-se ainda que o índice médio de ocupação é muito mais elevado do que o verificado na Terceira, atingindo os 70%.

Os dados disponíveis não nos permitem uma análise por sexo, idade e naturalidade, que seria de grande importância para a caracterização deste fenómeno. Dão-nos, no entanto, a possibilidade de afirmar que, em qualquer dos anos, as percentagens de ocupação de alcoólicos nas Casas de Saúde são mais significativas em S. Miguel do que na Terceira.

Recorrendo ao Índice de Mortalidade por Cirrose Hepática, no período de 1976 a 1987, verifica-se que o valor mais baixo respeita ao ano de 1985, enquanto que o mais elevado se encontra em 1987. A tendência de decréscimo que parecia existir desde 1980 não chega, pois, a efectivar-se.

GRÁFICO 4
 MORTALIDADE POR CIRROSE HEPÁTICA NOS AÇORES
 DE 1976 A 1987

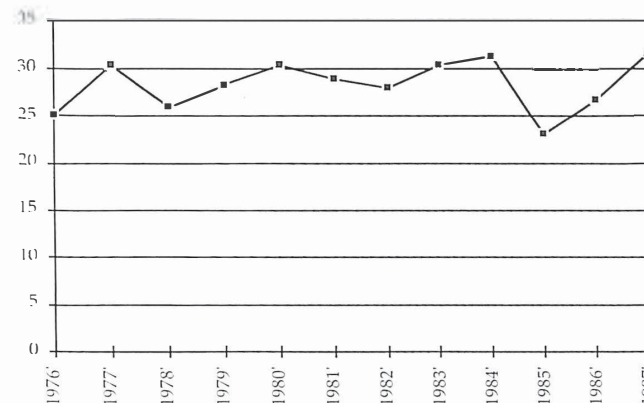
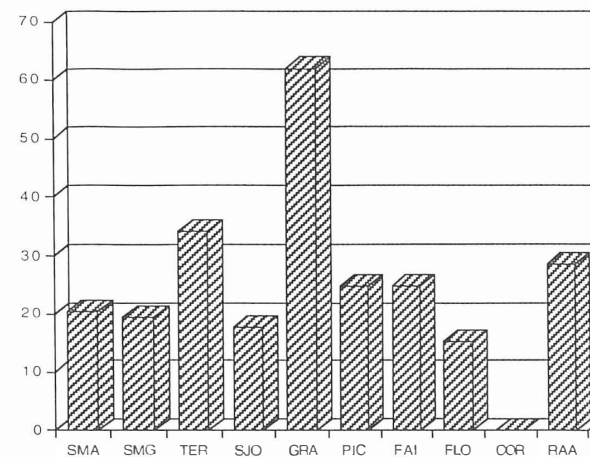


GRÁFICO 5
 Nº DE MORTOS POR CIRROSE HEPÁTICA / 100 000 Hab.
 (MÉDIA POR ILHAS E REGIÃO - 1982/87)



O índice médio para os 12 anos em análise permite-nos afirmar que o valor existente nos Açores é mais do dobro da média europeia, aspecto que não podemos deixar de sublinhar. A nível de ilha, salientamos a situação registada na Graciosa com um quantitativo muito elevado, praticamente três vezes superior aos restantes.

Em todos os casos, não podemos deixar de referir que estamos a trabalhar com unidades de análise de pequena dimensão, razão pela qual temos de ter a maior prudência nas ilações a tirar dos indicadores calculados, principalmente quando se pretende estabelecer comparações com volumes que apresentam uma ordem de grandeza muitíssimo superior.

Para finalizar, e como afirmámos no início, o aspecto sócio-cultural, embora não seja o único, deve ser tomado em consideração quando se pretende conhecer o fenómeno do alcoolismo.

Neste sentido, parece que o consumo de álcool continua a ser um "factor de prestígio". Os mitos relacionados com o álcool ainda não foram destronados no nosso sistema sócio-cultural. Cremos, pois, que continua a haver uma considerável tolerância em relação ao uso e abuso de bebidas alcoólicas.

O consumo de forma sistemática, mesmo quando não seja em excesso, prevê-se seja cada vez mais generalizado, nomeadamente no sexo feminino, como acontece no continente, pois as gerações mais novas têm, desde muito cedo, um contacto frequente com o álcool.

Quanto às situações mais gravosas, não vislumbramos ainda modificações significativas, quer nos níveis de internamento, quer nos da mortalidade.

TOXICODEPENDÊNCIA

Há mais de 40 anos que os estudiosos se esforçam por definir a droga e os comportamentos humanos que se lhe referem, sem terem, no entanto, chegado a um acordo quanto à terminologia.

Existem, porém, alguns conceitos identificáveis e que convém especificar. Assim, por droga, entende-se um fármaco, isto é, uma substância capaz de modificar algumas funções do organismo. No caso, é também uma substância capaz de determinar a dependência ou a toxicomania.

Não interessa para o presente trabalho apresentar as múltiplas variedades de drogas existentes, bem como as suas classificações. Basta ter em conta que o uso e, sobretudo, o abuso do seu consumo, implica uma dependência psíquica e física, com efeitos negativos para o indivíduo e seu relacionamento em sociedade.

O espaço e a frequência do consumo da droga escapa, em grande parte, a uma contagem estatística, precisamente por este ser um comportamento desviado, declarado ilegal e punido por lei em muitas sociedades, nomeadamente na nossa.

Assim, todos os números conhecidos são imprecisos e incompletos. Não mencionam o tipo de droga, a frequência e modo de utilização, ou as características psico-sociológicas dos toxicómanos, o seu nível sócio-económico, de habilitações literárias, profissão, etc.

Sem atender aos aspectos quantificáveis, acima mencionados, há algumas considerações globais — linhas de tendência — que não podemos deixar de ter em conta:

- o uso da droga está em aumento em todo o mundo;
- as formas de toxicodependência apresentam variações consoante as culturas e o meio social;
- a sua difusão é acompanhada de um incremento de ilegalidades (violência, crime);
- difunde-se em indivíduos de todas as classes sociais, níveis económicos, grupos raciais;
- difunde-se nas sociedades de maior desenvolvimento económico;

A existência de consumidores de droga no espaço social, pode suscitar algumas posições contraditórias. Neste sentido, um certo alarmismo resultante dos números pode ter como consequência fazer incidir sobre o consumidor de droga a responsabilidade de todos, ou quase todos, os

comportamentos que não estão em conformidade com as normas sociais, e que são tidos como perigosos para toda a sociedade, negligenciando-se o papel dos produtores, dos traficantes e da própria sociedade. Em determinados ambientes, uma divulgação indiscriminada dos problemas da droga pode suscitar uma curiosidade mórbida em indivíduos até então incólumes.

Estas considerações não devem, no entanto, minimizar a questão. Com efeito, a toxicod dependência constitui um grave problema nas sociedades contemporâneas e, pelo que nos é dado constatar, não parece para breve a solução desejada.

Para finalizar, julgamos ser de salientar algumas notas em grelha sociológica, pois parece existir uma correlação entre a toxicod dependência e as variáveis microsociológicas:

- é geralmente aceite a constatação de que a difusão da droga é particularmente evidente no contexto urbano;
- o mesmo se aplica aos bairros considerados como áreas de desorganização social;
- é também nas zonas urbanas que preferencialmente se consomem drogas mais fortes.

Existem ainda estudos que confirmam a correlação entre a toxicod dependência e certas características estruturais e culturais da família.

Neste sentido parece poder afirmar-se que os toxicod dependentes provêm fundamentalmente de famílias nas quais se evidenciam carências da figura parental, como sejam:

- a ausência física ou psíquica do pai;
- hiperpresença protectora da mãe;
- modelos parentais insignificantes;

e ainda :

- contradições na praxis educativa, com falta ou excesso de autoridade e disciplina;
- inexistência de funcionalidade nas relações entre os vários membros da família, com conflitos, incompreensões manifestas, separação, divórcio, etc.

Relativamente à interligação entre a toxicod dependência e o comportamento delincente, assunto de particular interesse no caso presente, on-

de este último surge como ponto autónomo, parece que em alguns casos o consumo de estupefacientes precede e noutros é consequente a atitudes de delito mais ou menos gravoso. Torna-se, pois, difícil estabelecer uma associação de causalidade entre os dois fenómenos.

Antes de fazermos uma breve referência à situação conhecida no arquipélago, queremos apresentar algumas características gerais da droga no nosso país, que nos ajudarão a tipificar a população mais propensa ao consumo de estupefacientes.

Segundo informação publicada pelo Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, do Ministério da Justiça, o número de presumíveis infractores no âmbito da droga tem vindo a aumentar significativamente¹².

Tendo em conta os dados referentes a 1993, a maioria era do sexo masculino — 76% — e com idades compreendidas entre os 21 e os 29 anos — 42%. Ainda no que respeita à idade, sublinhe-se as percentagens encontradas para os grupos etários de 16-20 anos e 30-44 anos com valores de 12% e 26%, respectivamente. Nas pessoas com 45 e mais anos o quantitativo não chega a ultrapassar os 3%.

Relativamente ao emprego e família, verifica-se que 62% não têm filhos, 40% dos quais estão desempregados, enquanto que 22% têm emprego. Quanto aos que têm filhos, a distinção entre os empregados e os desempregados não é muito acentuada, 13% e 14%, respectivamente, para a primeira e segunda situações.

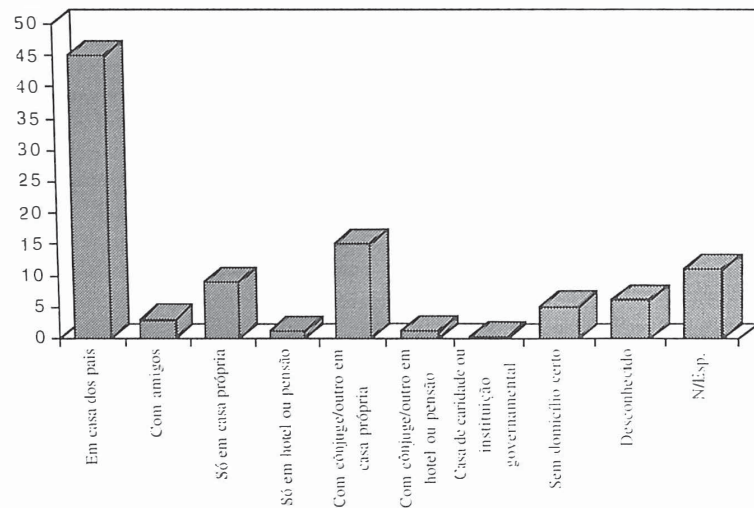
Se tomarmos em consideração o grau de instrução, a maior parte tem o ensino primário/preparatório — 43% — e o secundário — 33%. Os analfabetos, com 4%, e os detentores de um grau de ensino superior, com 2%, são assim pouco significativos.

Quanto à zona habitacional, o maior número vive nas zonas urbanas, 64% e suburbanas 31%, tendo o meio rural um quantitativo muito inferior — 5%.

Se considerarmos a situação domiciliária, cujos valores apresentamos no Gráfico seguinte, verifica-se que prevalecem os que habitam na casa dos pais — 45% — com uma percentagem muito distinta dos restantes.

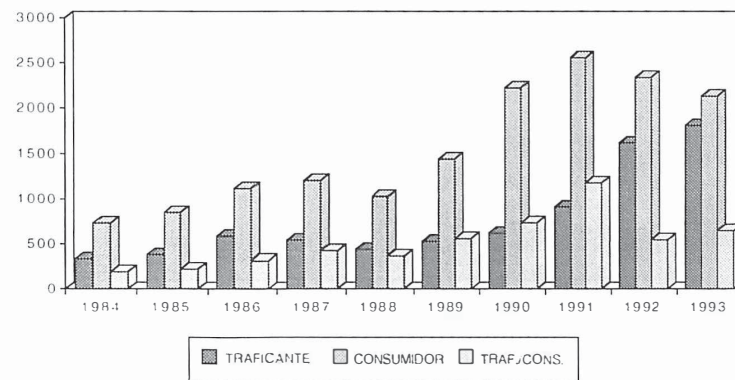
¹² Cf. Ministério da Justiça, *DROGA, Sumários de Informação Estatística*, Lisboa, 1991, p. 11.

GRÁFICO 6
 IMPORTÂNCIA RELATIVA
 DA SITUAÇÃO DOMICILIÁRIA/HABITACIONAL DOS
 PRESUMÍVEIS INFRACTORES NO ÂMBITO DA DROGA, EM 1993



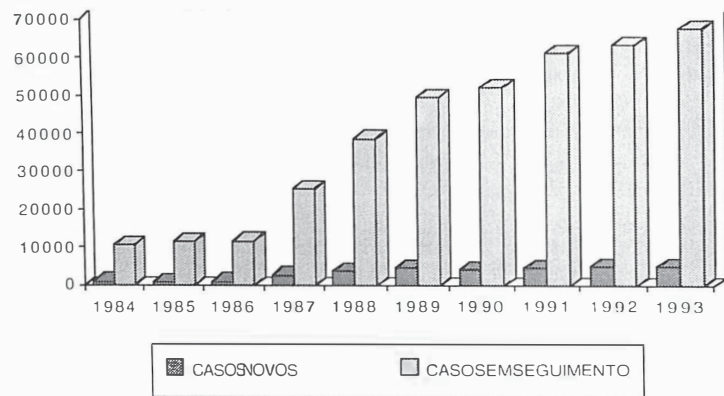
Entre 1984 e 1993 assiste-se a um aumento significativo de infractores, no que respeita ao consumo, ao tráfico e às duas situações conjuntamente, embora os quantitativos do consumo sejam muito superiores e registem um ritmo de acréscimo mais acentuado, como se pode constatar no Gráfico seguinte.

GRÁFICO 7
 PRESUMÍVEIS INFRACTORES SEGUNDO A SITUAÇÃO
 FACE À DROGA, ENTRE 1984 E 1993



Após esta caracterização genérica, que abrange situações de infracção bem distintas, nomeadamente o consumo e o tráfico de estupefacientes, vamos considerar outro tipo de informação direccionada unicamente para os consumidores, particularmente os que recorrem a apoio em instituições especializadas.

GRÁFICO 8
ATENDIMENTO DE CASOS NOVOS
E DE CASOS EM SEGUIMENTO, ENTRE 1984 E 1993



É visível o aumento verificado nos últimos anos, principalmente a partir de meados da década de oitenta, quer no que respeita a casos novos quer a seguimentos, sendo estes últimos valores muito elevados nos anos mais recentes.

Como acabamos de verificar, o consumo e mesmo o tráfico de droga é um problema cada vez mais presente na sociedade portuguesa, não obstante alguns esforços dispendidos para a sua resolução.

Nos Açores, é extremamente difícil avaliar esta situação na sua globalidade. Com efeito, tal como acontece em outros lugares, não é possível identificar todos os intervenientes no processo da droga, quer produtores quer traficantes ou consumidores, principalmente estes últimos, os que mais interessam ao nosso trabalho.

No primeiro caso, e tanto quanto nos é dado saber, são praticamente inexistentes, embora haja registos no Comando Regional da Polícia de Segurança Pública para a produção de droga, referentes aos anos de 1981, 1982 e 1983, respectivamente, 1 e 2 acções.

No que respeita ao tráfico, também existem dados na fonte acima re-

ferida. No período de 1981 a 1994, podemos verificar que a maior parte dos anos apresenta pelo menos 1 acção de apreensão registada na Polícia.

No entanto, é ao nível do consumo e posse que encontramos os valores mais elevados, entre 2 e 40, particularmente acentuados nos anos de 1986, 1987, 1988, 1991 e 1994.

Esta é uma informação muito limitada para o conhecimento da toxicodependência, mas que nos permite constatar uma realidade do mundo da droga, devidamente fundamentada pelos serviços policiais da Região.

Se atendermos agora unicamente à toxicodependência, e tal como acontecia com o alcoolismo, ela é considerada no Plano de Saúde como um dos principais problemas do Arquipélago¹³.

Quanto aos casos que recorreram aos estabelecimentos de saúde, verifica-se igualmente que esta é uma realidade que respeita a quase todas as ilhas¹⁴.

Merece relevo o consumo de haxixe, logo seguido da heroína e da cocaína, estas de efeito muito mais nocivo do que a primeira.

A informação disponível não nos permite afirmar que estamos em presença de um aumento crescente no número de toxicodependentes, que se apresenta bastante variável ao longo dos últimos anos. Em qualquer um deles, no entanto, o número oficialmente conhecido é ainda relativamente reduzido.

Não nos podemos esquecer, porém, que os dados respeitam unicamente àqueles que procuram auxílio médico, provavelmente com uma situação de maior gravidade, mas que podem não reflectir toda uma realidade, porventura muito mais abrangente.

Neste sentido, pouco sabemos sobre um dos maiores problemas sociais da actualidade, da sua difusão nas várias ilhas dos Açores, nomeadamente em que estratos sociais, idades, e outras características, ele mais se faz sentir.

No entanto, pudemos detectar que muitas das razões justificativas do consumo de estupefacientes a nível mundial, principalmente no que respeita a alterações na instituição familiar e nas relações entre os diversos membros de uma sociedade cada vez menos ruralizada, são uma realidade crescente no arquipélago.

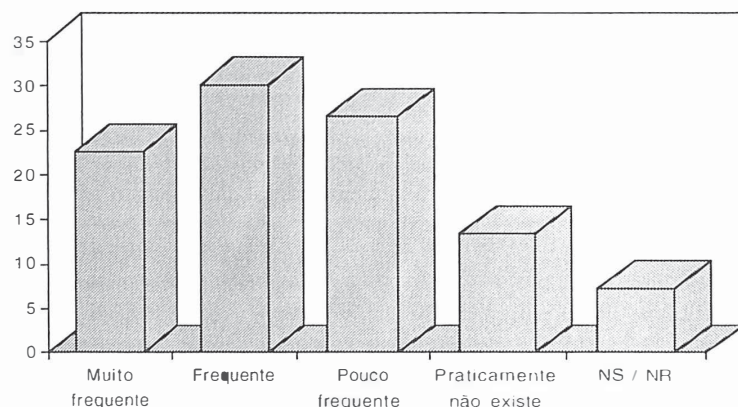
¹³ Referência a dados sobre toxicodependência, fornecidos pela Direcção Regional de Segurança Social.

¹⁴ Referência a dados sobre toxicodependência, fornecidos pela Direcção Regional de Segurança Social.

Complementarmente, podemos ainda referir alguns dados constantes num trabalho sobre a Juventude Açoriana, com base num inquérito feito aos jovens de todas as ilhas¹⁵.

Questionados sobre o conhecimento relativo à frequência do consumo de droga, mais de metade respondeu que este era “Frequente” e “Muito Frequente”, sendo bastante poucos aqueles que o consideravam praticamente inexistente.

GRÁFICO 9
CONHECIMENTO RELATIVO À FREQUÊNCIA
DO CONSUMO DE DROGA (%)



Quanto à valorização do desvio que representa, percebida a partir de quatro níveis propostos, de *Muito Grave* a *Nada Grave*, o posicionamento é bastante distinto consoante se trate de consumo de drogas leves ou pesadas.

¹⁵ Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, Octávio H. Ribeiro de Medeiros, Fernando Jorge Afonso Diogo, *Juventude Açoriana: Caracterização, Valores e Aspirações*, Sec. Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia/Direcção Regional da Juventude, Ponta Delgada, 1995.

QUADRO 1
VALORIZAÇÃO DO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS (%)

CATEGORIAS ITEMS	Muito Grave	Grave	Pouco Grave	Nada Grave	NS/NR
Consumo de drogas leves	36	46.8	12.8	1.9	2.6
Consumo de drogas pesadas	86.8	9.0	1.3	0.5	2.5
Tráfico de drogas	81.2	14.6	1.5	0.4	2.2

“Embora não seja muito elevado o número dos que acham que o consumo de drogas leves não é grave, menos de 15%, é por si só um valor com algum significado e que cremos que não deve ser negligenciado.

A ponderação da gravidade é, [...] bastante distinta daquela que encontramos para outros itens. Apesar da diferença entre as duas classificações não ser muito acentuada — 10 pontos — o valor mais elevado respeita ao “grave” e não ao “muito grave”, o que denota uma certa permissividade relativamente ao consumo deste tipo de estupefacientes¹⁶.

A finalizar, e ainda como elementos indiciadores da importância deste problema no arquipélago, não podemos deixar de referir as recentes notícias vindas a público pela comunicação social, quer no que respeita ao consumo, quer ao tráfico, onde os Açores parecem continuar a ser um ponto de passagem de relativa importância.

É também do domínio público a existência de acções judiciais, algumas já em Tribunal, e que atestam esta realidade. De sublinhar também as notícias de investigações iniciadas em alguns pontos do arquipélago e a integração em programas sobre a toxicodependência a nível nacional, como o Projecto Vida, no âmbito da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, mas sobre o qual possuímos ainda muito pouca informação. De qualquer modo, cremos que se trata do início de programação de actividades de investigação e de actuação que, por si só, se tornam reveladoras da importância deste desvio na nossa sociedade.

¹⁶ Gilberta Pavão Nunes Rocha... *op. cit.*, p. 218.

DELINQUÊNCIA

Podemos definir a delinquência como o estado em que se encontra qualquer pessoa que cometeu uma infracção a obrigações ou normas juridicamente estabelecidas. No entanto, nem todos os que falham ou cometem infracções são considerados como delinquentes, mas apenas aqueles que, socialmente, são considerados como tal.

Em termos sociológicos, o estudo da delinquência insere-se, pois, num campo mais vasto de análise e de explicação, que é o do desvio ou do comportamento desviado, embora respeite particularmente ao crime e a atitudes criminosas, estando por vezes associado a outros casos de anomia social.

Como anteriormente tivemos oportunidade de referir, é sobretudo o tipo de reacção social que cria e define o desvio. É ela também que normalmente estabelece quando os comportamentos desviantes são considerados como crime e quando devem ser punidos como tal.

A relação entre desvio e crime não é, de forma alguma, directa e linear, revelando-se, deste modo, extremamente problemática a definição conceptual de delinquência.

Excluindo as teorias com fundamentos biológicos e psicológicos, existem duas perspectivas de abordagem sociológica do desvio em geral, e do crime em particular, que privilegiamos: a funcionalista e a interaccionista. Elas derivam de escolas perfeitamente distintas nos seus postulados teóricos, a partir dos quais constroem as respectivas explicações do social.

Não cabe no âmbito deste artigo desenvolver cada uma destas correntes sociológicas. Cremos, porém, ser agora conveniente explicitar os aspectos em que mais se distinguem, com vista a um melhor enquadramento e percepção da problemática em questão.

Os funcionalistas, dando muita importância à partilha de valores e às normas que formam a base da ordem social, consideram desviado todo o comportamento que se distancie das regras vigentes e que são aceites pela maioria. A comunidade tem de defender a estabilidade das normas pelas quais se orienta e que são essenciais para o seu normal funcionamento como um todo equilibrado.

Do desvio, e até mesmo do crime, podem decorrer alguns aspectos positivos, na medida em que geram sentimentos de indignação da maioria, reforçando as suas regras morais e legais. Pode, neste sentido, ficar favorecida a coesão do grupo que realinha a sua identificação com a norma e com a defesa desta perante o transgressor.

Assim se deve entender a posição de Durkheim que considerou o crime como "um factor na saúde pública e uma parte integral de todas as sociedades"¹⁷. Ele não deve, todavia, ultrapassar uma determinada taxa de ocorrência. Se esta for ultrapassada, então ele deixa de ser "funcional", tornando-se patológico e nocivo.

Desenvolvendo o conceito de anomia de Durkheim, Robert Merton elaborou a sua teoria. Este autor considera que o comportamento desviante se manifesta em grande escala, quando um sistema de valores culturais exalta certas metas comuns de êxito para a população em geral, enquanto a estrutura social restringe, ou bloqueia completamente, a uma parte considerável da população, o acesso às modalidades aprovadas para alcançar essas metas¹⁸.

Dá-se uma situação de anomia, quando as regras que dirigem o comportamento não permitem a realização de todos os indivíduos, levando alguns a procurar atingir os seus objectivos por meios não legítimos ou aceites e, por isso, puníveis pela sociedade.

Surge, assim, o "paradigma das aspirações frustradas" que, ainda hoje, influencia outros autores, e que consideramos de importância capital para o estudo em questão.

Além da discrepância entre fins propostos e meios disponíveis, outro tipo de teorias funcionalistas, defendidas por Albert Cohen, Cloward, Ohlin, entre outros, enfatizam a formação de sub-culturas. Nelas, o sistema educacional, personificando e difundindo os valores da classe média, contribui para a frustração dos alunos de outras classes sociais que rejeitam aqueles valores, formando subculturas de grupo propícias a comportamentos desviados e criminosos¹⁹.

Para a perspectiva funcionalista, o crime é, pois, um objecto de estudo facilmente identificável, entendendo a sociedade como um conjunto de grupos com consenso interno e funcionais entre si.

¹⁷ Cf. E. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1973.

¹⁸ Cf. R. K. Merton, "Social Structure and anomie", in *American Sociological Review*, 3, 1968, pp. 672-682; *Social theory and social structure*, Free Press, Glencoe, Ill., 1957.

¹⁹ Cf. R. A. Cloward & L. E. Ohlin, *Delinquency and opportunity*, Free Press, New York, 1960; A. K. Cohen, *Controllo Sociale e comportamento deviante*, Il Mulino, Bologna, 1969; *Ragazzi delinquenti*, Feltrinelli, Milano, 1963.

Modificando esta visão de equilíbrio e de partilha, os interaccionistas concebem os grupos sociais como espaço onde é possível o conflito interno e externo. Para eles, qualquer pessoa, no decurso da sua vida, pode incorrer em comportamentos que infringem as leis ou normas instituídas, de forma mais ou menos grave. No entanto, a maioria não é considerada como criminosa nem tratada como tal.

Surgem, posteriormente, alguns desenvolvimentos, nomeadamente com as teorias de "labelling" (etiqueta social ou legal). Segundo estas, o comportamento criminoso e o seu protagonista são criminosos porque são definidos como tal e a qualidade criminosa de uma acção é afirmada com arbitrariedade.

Para estes interaccionistas, embora existam algumas leis que submetem os indivíduos socialmente mais poderosos, elas são menos frequentes e aplicadas com menos vigor. Verifica-se uma diferenciação por raças e estratos sociais, não sendo de excluir a hipótese de se construírem visões estereotipadas do criminoso típico. Tal situação pode levar certos grupos a assumirem o status criminoso e a comportar-se de acordo com ele²⁰.

A reacção social à fixação da *etiqueta*, pode conduzir a um aumento da criminalidade, dando origem a uma espiral de comportamento criminoso ou, se se preferir, a uma "espiral de violência".

Para finalizar estes aspectos introdutórios relativos à delinquência, vamos explicitar algumas notas que consideramos pertinentes e que nos podem ajudar no equacionamento da realidade açoriana:

- os estudos que se apoiaram em dados oficiais, têm sustentado que as classes sociais mais baixas contribuem desproporcionalmente para o número total de delitos registados numa comunidade;
- os estudos que usam questionários de auto-declaração negaram a existência da relação acima referida²¹;
- a acção policial aplica-se com maior rigor a sujeitos da classe baixa estereotipados como parasitas²²;

²⁰ Cf. J. Kitsuse & A. V. Cicourel, "An note on the use of official statistics" in *Social Problems*, 11, 1963, pp. 131-139.

²¹ Cf. Vicente Garrido, *Delinquencia y sociedad*, Ed. Mezquita, S.A., Madrid, 1984.

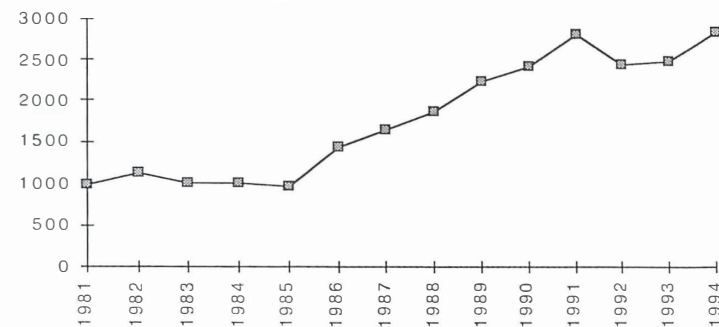
²² Cf. J. Toby, "The new criminology is the old sentimentality", in *Criminology*, 16 (4), 1979, pp. 516-626.

- há indícios de uma maior implicação delitiva dos grupos mais desfavorecidos, sempre que estes contam com impedimentos estruturais que lhes dificultam obter os bens socialmente valorizados como desejáveis;
- acontece existirem normas sociais de comunidade que estão relacionadas com comportamentos ilegais e a que os jovens aderem sem terem em conta a sua classe social de origem²³.

No que respeita ao arquipélago, não conhecemos nenhum estudo que nos sirva de ponto de referência, razão pela qual iremos unicamente analisar alguns dados recolhidos junto do Comando Regional dos Açores da Polícia de Segurança Pública²⁴ e no estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

No período compreendido entre 1981 e 1994, verifica-se em toda a Região um aumento significativo de acções ilegais, com uma variação da ordem dos 190%. No entanto, como se poderá observar nos Quadros e Gráficos seguintes, estas apresentam-se bastante diferenciadas quer no tipo quer na gravidade.

GRÁFICO 10
EVOLUÇÃO DE ACÇÕES ILEGAIS NOS AÇORES,
ENTRE 1981 E 1994



²³ Cf. H. B. Kaplan, *Patterns of juvenile delinquency*, vol XI, Law and Criminal Series, Sage Publications, California, 1964.

²⁴ Todos os Quadros e Gráficos relativos a acções ilegais foram realizados com base em dados fornecidos pelo Comando Regional dos Açores da P.S.P., a quem se agradece.

QUADRO 2
 IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ACCÇÕES ILEGAIS NOS AÇORES.
 POR GRANDES CLASSIFICAÇÕES. ENTRE 1981 E 1994²⁵

ANOS	Roubo (Furto)	Droga	Desrespeito Autoridade	Delinq. Juvenil	Cheques S/Provisão
1981	62.7	0.9	8.8	18.6	8.9
1982	68.3	0.7	8.5	10.8	11.6
1983	71.3	1.1	8.6	10.1	8.9
1984	67.0	0.4	8.6	16.0	7.4
1985	62.5	1.0	8.8	19.5	8.1
1986	77.8	1.5	5.3	9.5	5.7
1987	77.0	0.8	3.9	13.7	4.5
1988	62.4	0.9	4.2	7.6	24.6
1989	56.5	0.2	3.3	4.9	34.8
1990	53.9	0.3	1.1	3.1	41.5
1991	53.6	0.5	2.3	2.8	41.1
1992	61.7	0.3	1.0	4.0	33.0
1993	70.3	0.4	0.7	5.7	22.9
1994	73.8	1.4	0.6	5.9	18.3

Se atentarmos nos valores constantes no Quadro anterior, verifica-se que o Roubo e/ou Furto é, sem dúvida, o delito mais importante com quantitativos sempre superiores a 50% e que na maioria dos anos ultrapassa os 60%.

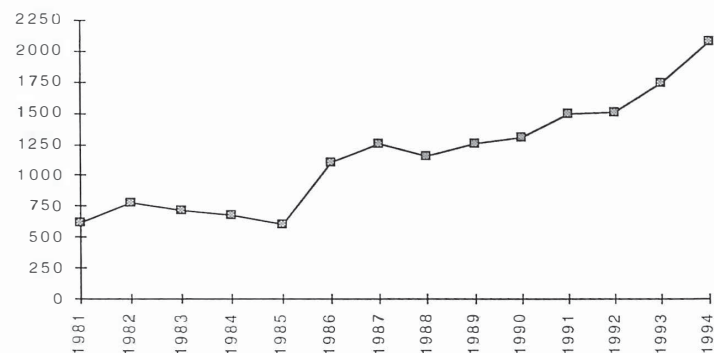
Segue-se-lhe, no início da década de oitenta, a Delinquência Juvenil que, a partir dos finais do mesmo decénio é substituída com larga vantagem pelos Cheques sem Provisão, que atingem neste período valores que oscilam sensivelmente entre os 20% e os 40%.

O Desrespeito à Autoridade que apresenta algum relevo no princípio do período em análise, vem progressivamente a diminuir a sua importância relativa, para atingir em 1994 o valor mais baixo do conjunto das acções ilegais.

Com oscilações relativamente significativas numa óptica anual, a Droga é, sem qualquer dúvida, o delito que no seu conjunto regista menor relevância quantitativa.

²⁵ Alguns dados que não dão 100% correspondem à existência de acções armadas que, pelo seu fraco valor, não foram consideradas nesta repartição, mas que figuram no total das acções ilegais.

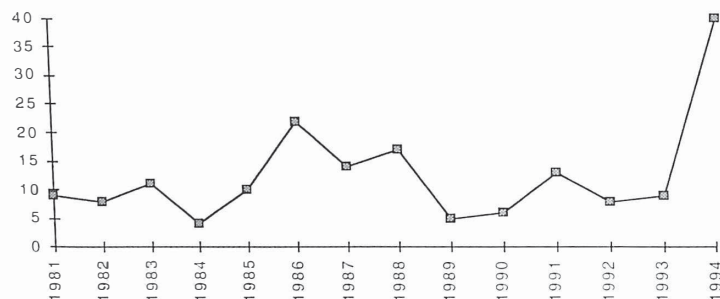
GRÁFICO 11
 EVOLUÇÃO DE ROUBO E/OU FURTOS NOS AÇORES
 ENTRE 1981 e 1994



Se observarmos a evolução dos Roubos, constante no Gráfico 12, verifica-se que o seu valor é sempre crescente, com excepção para o ano de 1988, no qual se regista uma ligeira quebra. Entre o início e o fim do período, o acréscimo é da ordem dos 240%, ou seja, quase quadruplicou.

Assim, o decréscimo observado no Quadro 2, onde apresentamos as percentagens dos vários delitos em cada um dos anos, dependem do aumento de outras acções ilegais e não de uma diminuição efectiva dos Roubos.

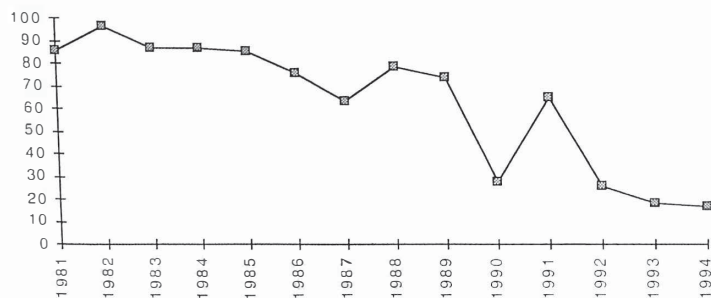
GRÁFICO 12
EVOLUÇÃO DA DROGA NOS AÇORES ENTRE 1981 e 1994



No que respeita à Droga a evolução é bastante diversa, não se podendo falar numa tendência de acréscimo ou de decréscimo, mas sim numa situação que oscila significativamente de ano para ano.

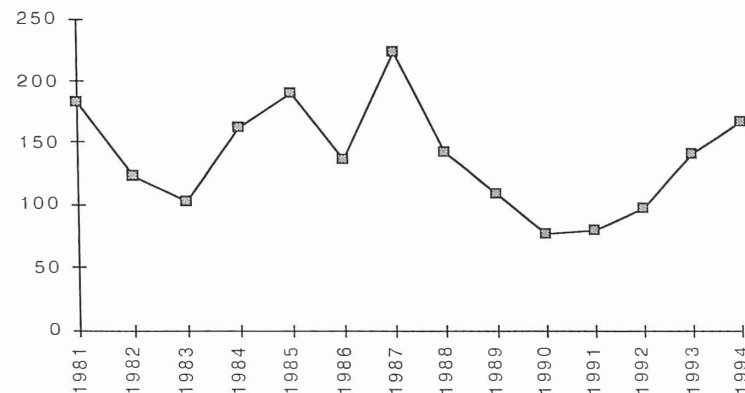
A apreensão neste tipo de delito é, como todos sabemos, bastante complexa, de carácter mais pontual, de algum modo independente da própria acção-produção, consumo e tráfico de estupefacientes.

GRÁFICO 13
EVOLUÇÃO DO DESRESPEITO À AUTORIDADE,
NOS AÇORES, ENTRE 1981 e 1994



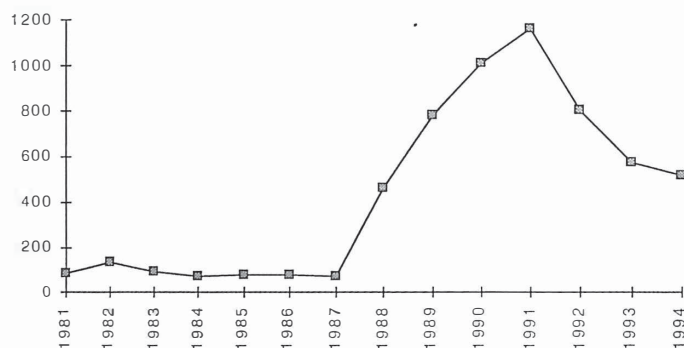
O Desrespeito à Autoridade tem vindo a diminuir significativamente, quer se considere os valores relativos, quer os absolutos, neste último caso com uma variação percentual entre 1981 e 1994 de 80%. Surge como a grande excepção no contexto do aumento das acções ilegais nos Açores.

GRÁFICO 14
EVOLUÇÃO DA DELIQUÊNCIA JUVENIL NOS AÇORES
ENTRE 1981 e 1994



Como se pode constatar no Gráfico anterior, a Delinquência Juvenil que em termos relativos apresenta um declínio acentuado, ainda que inferior ao do Desrespeito à Autoridade, apresenta-se ainda significativa, com valores não muito distintos daqueles que se observavam no início da década de oitenta. Podemos pensar num delito que apresenta uma tendência relativamente regular, não obstante as diferenças verificadas em cada um dos anos em análise.

GRÁFICO 15
EVOLUÇÃO DOS CHEQUES SEM PROVISÃO NOS AÇORES
ENTRE 1981 e 1994



É nos Cheques sem Provisão que encontramos as alterações de maior relevo, como já tivemos oportunidade de realçar aquando da análise ao Quadro 2, onde apresentamos a importância relativa das várias acções ilegais, por grandes classificações.

Ainda que nos últimos anos se possa observar uma inversão nítida da tendência de acréscimo, que se fez sentir a partir de 1987, o facto é que este delito ainda regista quantitativos muito elevados, principalmente se comparados com os existentes nos primeiros anos da década de oitenta.

Iremos em seguida especificar a informação respeitante aos Roubos e/ou Furtos, cujos valores percentuais constam do Quadro que a seguir apresentamos.

QUADRO 3
IMPORTÂNCIA RELATIVA DO FURTO E/OU ROUBO
(COM E SEM ARMAS), NOS AÇORES,
ENTRE 1981 E 1994 (% sobre o total de acções ilegais)

ANOS	C/ Armas			S/Armas					
	Pessoas	Estabel.	Habit.	Pessoas	Estabel.	Hab.	Em Viat.	De Viat.	De Mat.
1981	0,2	—	—	8,0	17,1	22,6	11,4	3,4	—
1982	—	—	—	8,4	15,0	21,4	17,6	6,0	—
1983	—	—	—	5,6	17,7	22,6	16,2	9,0	—
1984	0,3	—	—	2,4	15,0	22,6	18,4	8,6	—
1985	—	—	—	3,0	13,9	21,7	16,6	7,3	—
1986	0,1	—	—	3,6	15,8	26,9	14,5	7,0	9,9
1987	—	—	—	4,5	18,3	20,7	13,7	11,6	8,2
1988	0,1	—	0,05	5,0	15,5	18,0	13,0	5,6	5,1
1989	0,1	—	0,04	7,2	14,0	15,9	10,0	3,9	5,2
1990	0,04	—	—	3,5	13,6	17,0	10,6	4,3	4,8
1991	0,07	—	—	4,0	13,0	14,0	12,0	6,3	4,2
1992	0,04	0,04	—	6,4	16,0	17,3	11,9	5,0	5,0
1993	0,04	—	—	7,9	20,2	19,0	15,3	3,7	4,2
1994	0,07	—	0,04	6,4	21,1	19,1	18,3	5,0	3,8

Os furtos e os roubos a estabelecimentos e residências são mais frequentes do que os efectuados a pessoas e viaturas, embora a tendência seja de diminuição das diferenças, consequência de um acréscimo significativo destes últimos.

A evolução em termos absolutos dos vários delitos permite-nos confirmar esta tendência, conforme se pode observar nos gráficos seguintes.

GRÁFICO 16
EVOLUÇÃO DOS ROUBOS (SEM ARMAS) A PESSOAS,
NOS AÇORES. ENTRE 1981 e 1994

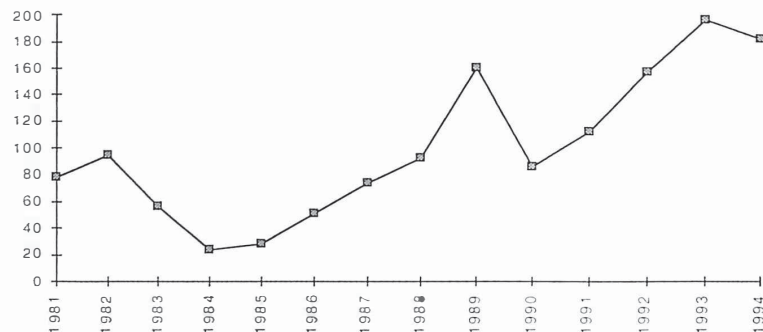


GRÁFICO 17
EVOLUÇÃO DOS ROUBOS (SEM ARMAS)
A ESTABELECIMENTOS, NOS AÇORES. ENTRE 1981 e 1994

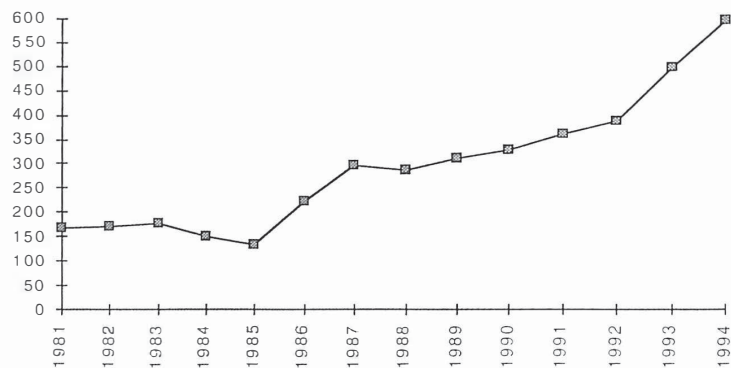


GRÁFICO 18
EVOLUÇÃO DOS ROUBOS (SEM ARMAS) A HABITAÇÕES,
NOS AÇORES. ENTRE 1981 e 1994

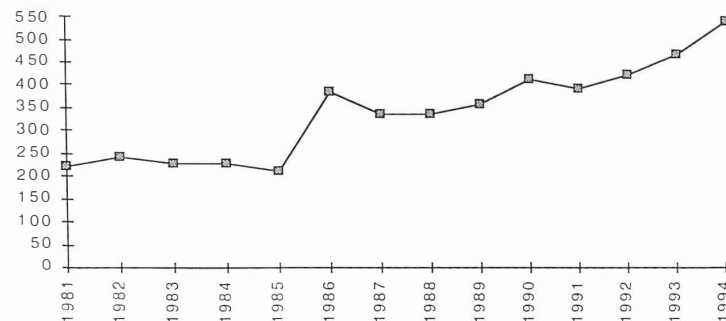


GRÁFICO 19
EVOLUÇÃO DOS ROUBOS (SEM ARMAS) EM VIATURAS,
NOS AÇORES. ENTRE 1981 e 1994

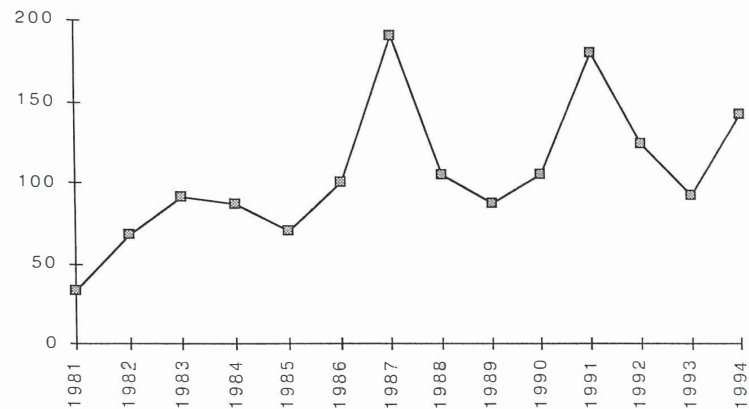
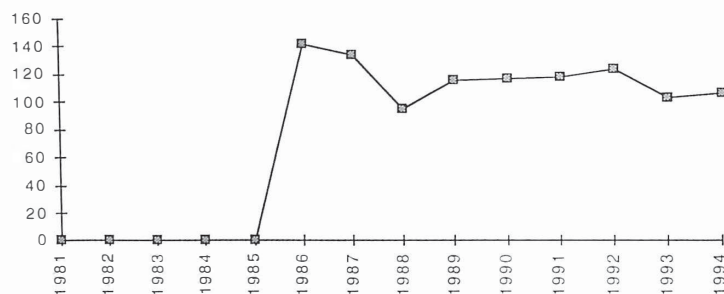


GRÁFICO 20
EVOLUÇÃO DOS ROUBOS (SEM ARMAS) DE MOTORIZADAS,
NOS AÇORES, ENTRE 1981 e 1994



As acções armadas e/ou roubos com armas têm um peso muito reduzido, o que é indicativo da menor importância de atitudes criminais de maior gravidade.

QUADRO 4
IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ACÇÕES ILEGAIS RESPEITANTES
À DROGA, NOS AÇORES, ENTRE 1981 E 1994
(% sobre o total de acções ilegais)

ANOS	Produção de droga	Tráfico de droga	Consumo Posse
1981	0,1	0,6	0,2
1982	0,1	0,6	0,6
1983	0,2	0,1	0,8
1984	—	0,1	0,3
1985	—	0,4	0,6
1986	—	—	1,5
1987	—	0,1	0,7
1988	—	0,1	0,7
1989	—	0,04	0,2
1990	—	0,04	0,2
1991	—	—	0,5
1992	—	0,1	0,2
1993	—	—	0,4
1994	—	—	1,4

Quanto à produção, tráfico e consumo/posse de droga, o número é bastante baixo, embora não se deva negligenciar a tendência de aumento registada. Os quantitativos mais elevados respeitam ao consumo/posse, como se pode confirmar pelos valores constantes no Quadro 4.

No que respeita às características predominantes dos autores de crimes, e tendo como referência os reclusos do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, em 1991 e 1992, verificamos que eles são fundamentalmente do sexo masculino, em idade activa mais jovem (entre os 20 e os 39 anos), com um nível de habilitações correspondente ao 1º ciclo do ensino básico, profissionais não qualificados e naturais de zonas urbanas e suburbanas.

Relativamente à naturalidade não podemos negligenciar o maior volume demográfico da cidade de Ponta Delgada, que pode explicar, pelo menos em parte, os valores encontrados.

A maioria respeita as prevenções, tendo os condenados uma situação penal com valores mais frequentes nas penas que oscilam entre os 2 e os 8 anos.

Do que pudemos observar na pouca informação recolhida e do conhecimento das teorias sobre a delinquência, pensamos ser legítimo afirmar que se verificará um aumento da criminalidade na Região, que atingirá maior expressividade nas camadas detentoras de menor poder económico, com mais dificuldades na obtenção e manutenção de emprego.

A agravar-se a situação económica, generalizar-se-ão os actos puníveis por lei, nomeadamente em estratos sociais mais elevados, que passam a ter maior dificuldade em manter a mesma qualidade de vida. A este respeito, parece-nos sintomático o aumento dos cheques sem provisão, que abrange pessoas de qualificação média e superior.

Creemos, no entanto, que prevalecerão os actos de menor gravidade, onde as acções armadas e os homicídios estão praticamente ausentes.

CONCLUSÃO

Pelo que acabamos de referir nos pontos anteriores, pensamos que a principal conclusão deve ser a afirmação clara da necessidade de se proceder a estudos de profundidade sobre os temas em questão.

Assim, e independentemente da dificuldade própria ao conhecimento de toda a realidade correspondente aos desvios sociais, dificilmente quantificáveis em toda a sua extensão, muito pode ser feito, quer no domínio de uma recolha exaustiva em todas as organizações que com eles estão relacionados, quer através de inquéritos que abranjam uma parte significativa da população.

No entanto, e igualmente de acordo com o que acabamos de verificar, a sociedade açoriana apresenta uma tendência crescente de casos de anomia social.

O alcoolismo não apresenta sinais nítidos de diminuição, podendo pensar-se na manutenção de certos hábitos culturais e até na sua divulgação a grupos anteriormente menos expostos, como é o caso das mulheres.

A delinquência e a droga, preponderantes em ambientes menos ruralizados, podem vir a aumentar como consequência das alterações observadas no meio económico e social.